

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Autor: Érica Patrícia de Araújo Barbosa

Nota-se no caso que a Escola Municipal Esperança Viva, localizada em uma área periférica de uma grande cidade brasileira, possui um projeto educacional inovador voltado para a promoção de inclusão social, sustentabilidade e uso de tecnologias educacionais. Assim, diante de um contexto de marginalização social, a escola atende majoritariamente crianças de famílias de baixa renda e enfrenta desafios relacionados à desigualdade socioeconômica, problemas ambientais, dificuldades de acesso e uso eficaz da tecnologia, além de resistência à mudança por parte de alguns membros da comunidade escolar. Entre os principais desafios estão as barreiras socioeconômicas enfrentadas pelos alunos, a falta de práticas de sustentabilidade na comunidade, limitações de infraestrutura para o uso de tecnologias digitais e a resistência de alguns professores às novas práticas pedagógicas.

Como medida de enfrentamento a tais questões, a escola implementou soluções que incluem programas curriculares de educação ambiental que ensina gestão de resíduos e reciclagem, além de engajar os alunos em projetos de melhoria do ambiente local, distribuição de tablets, criação de um laboratório de tecnologias educacionais, cursos de programação e design digital, além de capacitação para professores. Além da implementação de programa de reforço escolar e apoio psicológico para alunos vulneráveis, incluindo mentorias com voluntários universitários e da adoção de uma gestão participativa, por meio da qual, a gestora realiza reuniões mensais com a comunidade escolar para compartilhar desafios e avanços, incentivando a colaboração de todos.

Conquanto, as questões de análise propõem reflexões sobre como expandir as práticas sustentáveis, superar barreiras tecnológicas e incluir mais

efetivamente alunos vulneráveis, além de explorar o papel da liderança transformacional para engajar a equipe escolar no processo de mudança. Isto posto, penso ser necessário ampliar algumas soluções práticas e conceitos-chave envolvidos em cada uma das áreas, iniciando pelo conceito de Sustentabilidade que atualmente vem sendo discutido no Brasil e no mundo, redirecionando as empresas, organizações e instituições dos mais diversos setores a se organizar para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Barbosa (2008), o conceito de sustentabilidade surge como uma resposta da Organização das Nações Unidas para impactos socioambientais, florestais e climáticos causados pela humanidade ao meio ambiente. Este mesmo autor ressalta que o conceito de desenvolvimento sustentável é firmado por meio da Agenda 21, documento desenvolvido durante a Conferência “Rio 92”, que paulatinamente foi incorporado à outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humano.

Nesse sentido, visando a difusão e prática do conceito de sustentabilidade, a ONU propõe como iniciativa a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que nada mais são diretrizes e condutas a serem adotadas pela sociedade civil no sentido de garantir o desenvolvimento econômico, institucional e social, alinhado a ideais de proteção ambiental. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em vigor elencam 17 questões humanitárias que segundo a ONU devem ser consideradas prioridades às políticas públicas internacionais nos anos de 2015 a 2030.

O cumprimento destes objetivos é direcionado por 169 metas organizadas como medidas de transformação do mundo, envolvendo questões referentes a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Neste interim, percebe-se o engajamento intersetorial referente ao cumprimento do compromisso socioambiental impulsionado pelos objetivos do

desenvolvimento sustentável por parte de diversas instituições organizacionais que atuam em nível público, privado e do terceiro setor.

O conceito de sustentabilidade no campo educacional é gestado como uma prática pedagógica que visa conscientizar alunos e a comunidade escolar sobre a importância do uso responsável dos recursos naturais, além de fomentar atitudes ecologicamente corretas que promovam o bem-estar social e ambiental. Na educação, a sustentabilidade é integrada ao currículo por meio de projetos que abordam temas como gestão de resíduos, reciclagem, consumo consciente e preservação de áreas verdes, proporcionando uma formação que vai além do conhecimento teórico. Esse enfoque estimula uma cultura de responsabilidade ambiental e cidadania, ao ensinar os alunos a compreenderem seu papel na preservação do meio ambiente e a agirem como agentes transformadores de sua realidade local. Por meio dessa abordagem, as escolas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável, incentivando práticas que reduzem impactos ambientais e promovem a equidade social e o desenvolvimento econômico sustentável a longo prazo.

Para ampliar o impacto do programa de educação ambiental, é essencial envolver toda a comunidade local, de modo que as práticas sustentáveis transcendam o ambiente escolar. Nesse sentido, parcerias comunitárias podem ser estabelecidas com ONGs e iniciativas locais para organizar palestras e oficinas sobre práticas sustentáveis, como compostagem e uso consciente da água, o que amplia o acesso a esses conhecimentos e facilita sua implementação no cotidiano das famílias. Além disso, é importante incentivar os alunos a desenvolverem projetos de impacto comunitário, como mutirões de limpeza em áreas comuns ou a criação de espaços verdes em terrenos abandonados, fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, promovendo um engajamento prático com a sustentabilidade.

Para acompanhar o progresso dessas iniciativas, a escola deve operacionalizar a criação de um sistema de monitoramento e avaliação, no qual os próprios alunos monitoram o impacto ambiental das práticas sustentáveis implementadas, pode reforçar o compromisso com o projeto. Esse monitoramento pode incluir relatórios de impacto e exposições abertas à comunidade, estimulando a transparência e a conscientização ambiental em todos os envolvidos.

De igual modo, no que tange a inserção e utilização das tecnologias, a escola deve garantir o uso eficaz das tecnologias digitais, adotando abordagens de baixo custo e de grande impacto, estabelecendo parcerias com universidades e empresas de tecnologia, pois muitas delas oferecem programas de extensão e podem disponibilizar recursos e treinamentos gratuitos para alunos e professores, ampliando as oportunidades de acesso e capacitação. Além disso, o uso de softwares livres e offline, como o Google Classroom e outras ferramentas de código aberto, permite o desenvolvimento de atividades educacionais mesmo em ambientes com conexão de internet limitada. Outra iniciativa de grande valor é o estabelecimento de um programa de mentoria digital entre os próprios alunos, onde os mais experientes no uso de tecnologia ajudam os colegas, promovendo um ambiente de colaboração e aprendizado mútuo.

Tais iniciativas devem ser pensadas sobretudo que de acordo com Moran (2000), as tecnologias digitais facilitam a comunicação entre os sujeitos, tanto presencialmente quanto remotamente, quando integradas à proposta pedagógica, promovendo uma construção colaborativa do conhecimento. Para isso, é essencial que essas tecnologias estejam plenamente incorporadas ao processo pedagógico. Muffoletto (2001) também compartilha essa visão, afirmando que a “tecnologia educacional não é apenas sobre aparelhos, máquinas, computadores e outros artefatos, mas sim sobre sistemas e processos que levam a resultados desejados.” Isso indica que a tecnologia educacional possui objetivos e metodologias específicos para apoiar a aprendizagem de maneira intencional e direcionada.

No entanto, para que isso ocorra efetivamente, é necessário que os mediadores das ações tecnológicas compreendam profundamente as funcionalidades dessas ferramentas, orientem os alunos nas melhores práticas de uso, elaborem planos metodológicos e promovam debates e estratégias que alinhem as tecnologias aos objetivos educacionais, incentivando um uso crítico e reflexivo das ferramentas digitais. Segundo Moran (2000), a integração das tecnologias da informação e comunicação em sala de aula já é uma realidade que transforma paradigmas tradicionais de ensino e aproxima professores e alunos, sendo crucial que os professores acompanhem as inovações

tecnológicas, participando de experiências que promovam uma conexão não apenas entre professor e aluno, mas entre ensino e aprendizagem.

Selwyn (2011), no entanto, alerta que a popularização e a ampliação do uso de tecnologias na escola desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social, oferecendo aos alunos, especialmente os de contextos socioeconômicos mais vulneráveis, a oportunidade de desenvolver habilidades digitais fundamentais para o mundo contemporâneo. Ao proporcionar acesso a ferramentas tecnológicas e ao ensino de competências digitais, a escola igualmente reduz as desigualdades educacionais e prepara os estudantes para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania em um ambiente cada vez mais digital. Não obstante, o uso de tecnologias pode democratizar o conhecimento, permitindo que os alunos acessem conteúdos e atividades personalizadas, independentemente de suas limitações de acesso em casa, fortalecendo a equidade educacional e promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e conectado com as demandas da sociedade atual.

Para além disso, de modo geral, para reduzir a desigualdade social dentro da escola e promover uma maior inclusão, é essencial implementar um programa de apoio personalizado para alunos em situação de vulnerabilidade, oferecendo acompanhamento psicológico e mentorias que atendam às necessidades específicas de cada um. Além disso, atividades extracurriculares como artes e esportes podem ser organizadas para desenvolver as habilidades sociais e emocionais dos alunos, promovendo o sentimento de pertencimento e cooperação. A captação de recursos e o voluntariado também desempenham um papel importante, com campanhas voltadas à arrecadação de materiais escolares, livros e uniformes, incentivando o envolvimento da comunidade e fortalecendo os laços locais.

Por fim, uma liderança transformacional, como a da diretora da escola Esperança Viva, pode adotar diversas estratégias para envolver e engajar os professores no processo de mudança. A capacitação contínua, por exemplo, permite que os professores participem de treinamentos frequentes que demonstram como as novas práticas e tecnologias podem facilitar o trabalho pedagógico e melhorar o desempenho dos alunos. Além disso, promover encontros regulares de feedback oferece um espaço onde os docentes compartilham suas percepções e sugestões sobre o uso de tecnologias,

fortalecendo um ambiente de colaboração e inclusão nas decisões. Por fim, o reconhecimento e os incentivos são essenciais para valorizar os esforços dos professores e dos membros da equipe que se destacam na implementação de práticas inovadoras, estimulando um compromisso mais profundo com a transformação educacional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Rio de Janeiro.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MUFFOLETTO, S. Cresskill, NJ: **Educação e Tecnologia: Práticas Críticas e Reflexivas**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2001.

SEWYN, Neil. **O que queremos dizer com “educação” e “tecnologia”?** Edição para Kindle. Bloomsbury, 2011. Disponível em: < https://ticpe.files.wordpress.com/2016/12/neil_selwyn_keyquestions_cap1_trad_pt_final1.pdf >. Acesso em: 26 de Out de 2024.